



Atual 2 Reforma do sistema político



A aparente unanimidade de que tudo mude para tudo ficar igual

Manifesto. Documento avança com propostas que já são discutidas há muito. Politólogos desconfiam da vontade de os diretórios partidários quererem mudar, apesar de todos falarem na necessidade de aproximar os eleitores dos eleitos

MIGUEL MARUJO

É o consenso menos praticado da sociedade portuguesa, uma aparente unanimidade que é colocada sobre a mesa: a necessidade da reforma do sistema político, para aproximar o cidadão da política, enche a boca de toda a gente, mas no fim nada parece avançar.

Um novo manifesto veio colocar o tema na agenda, pouco mais de dois meses depois de o secretário-geral do PS, António José Seguro, ter antecipado propostas legislativas para o arranque dos trabalhos parlamentares agora em setembro.

O documento — que tem entre os seus promotores um antigo ministro de Cavaco Silva, Luís Mira Amaral, o primeiro ministro das Finanças de José Sócrates, Luís Campos e Cunha, um antigo deputado e governante do PS, Henrique Neto, e o atual deputado e ex-presidente do CDS, José Ribeiro e Castro — aponta duas “reformas prioritárias do sistema político”: alterar o sistema eleitoral para a Assembleia da República e o sistema de financiamento dos partidos (ver quadro nestas páginas). E estabelece uma data para levar a cabo estas reformas: antes das eleições de 2015. Queixam-se os autores do manifesto Por uma Demo-

cracia de Qualidade que “conversou-se muito”, mas “nada se fez” — desde 1997 que a Constituição abriu a porta a alterações e até hoje pouco mudou.

Jaime Nogueira Pinto, professor universitário, diz que “normalmente o sistema e o quadro político-eleitoral duram o que duram os regimes”. E desconfia de que possa vir aí alterações. “Num sistema como o que está implantado em Portugal, mandam os partidos políticos principais e estes não têm interesse visível na mudança.”

A aparente unanimidade nos maiores partidos em torno de algumas propostas (de que fogem as forças partidárias mais pequenas por temer perda de representatividade) “é a unanimidade das boas inten-

ções, das intenções corretas, vagas de princípio, também habitual nas classes políticas no poder”, afirma ao DN. Para rematar: “A execução é outra coisa e a complexidade da execução dá uma excelente justificação para nada se fazer.”

Já José Adelino Maltez, professor universitário, vai a 1868 para recordar que o “grande parlamentar” que foi António Cândido defendeu então os círculos uninominais. “Fizeram-se estas reformas num sistema em decadência, que era o da monarquia liberal, e os resultados eram sempre os mesmos”, regista.

Hoje, “isto” — sejam as propostas do manifesto seja o debate aberto no PS com as propostas de Seguro — “labora num erro teórico”. “Neste momento, não é a questão da lei

eleitoral, é muito mais do que isso.” E o politólogo nota que a teoria da democracia política está hoje centrada na discussão sobre “a responsabilidade direta perante o eleitor”, num termo que ainda não ganhou uma palavra em português: “*accountability* política”.

Sem nos perdemos na tradução: “A representação do deputado não se esgota no momento em que é eleito. É um processo de exigência em que o representante não foge ao representado através dos partidos.” Defende Maltez que o atual conceito de representação política está “caduco” e, assim, são requeitadas as propostas que mexem com o sistema eleitoral.

Pessimista, como se assume, o politólogo afirma que “o problema

é muito mais grave”. “A indiferença e a corrupção estão a minar o conceito de poder popular.”

Nas sete páginas do Manifesto, as ideias apresentadas retomam propostas já debatidas vezes sem conta. E se Seguro agora tomou em mãos a vontade de reformar o sistema, perante a abstenção das eleições europeias — em que o líder do PS levou o desencanto com a política e os partidos — também Passos Coelho ensaiava, em 2010, no livro *Mudar*, antes de chegar ao poder, um discurso que apontava o dedo a um “sistema gangrenado”. E bebia uma proposta de André Freire, Manuel Meirinho e outros, “com alguma vantagem” sobre a dos círculos uninominais: a do voto preferencial. A roda está inventada. **com D.T.e S.E.**

3 PERGUNTAS A...

“Não têm eficácia imediata”



VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
Professor universitário

Passado este tempo, acha que os manifestos tiveram algum efeito?

Têm sempre efeitos — está a fazer-me perguntas sobre isso. Muitos milhares de pessoas tiveram ocasião de os ler. Há uma eficácia do ponto de vista do conhecimento da opinião pública. Quanto à eficácia de alterar políticas, não é possível no imediato, não têm eficácia imediata. As pessoas fazem

coisas com objetivos concretos, mas há uma dimensão importante, a de tomarem uma posição ativamente. Isso é um ganho: uma dimensão política e ética que me parece importante.

Faria hoje algo diferente?

Depende sempre do objeto que seguem, das políticas que visam influenciar, das forças sociais que envolvem. O manifesto da política cultural, por exemplo, tem uma

diversidade, uma amplitude e até uma dimensão internacional, que o outro manifesto, dos 74, não teria imediatamente.

A profundidade destas iniciativas é uma mais-valia e não uma mania, como muitos criticam?

Sem dúvida! Há pessoas que têm o dom da ubiquidade: são críticas do sistema político mas também são críticas de qualquer iniciativa para mudar o sistema político.



Deputados são 230. Seguro quer 180, mas manifesto pede mudança qualitativa

OLIVASTO BOM / GLOBAL IMAGES

MAIS MANIFESTOS

MANIFESTO "NUNCA MAIS"

► **Maio de 2014** Iniciado por António Nogueira Leite, visava ajustar índices económicos e apelar à classe política que não repetisse os erros do passado.

MANIFESTO DOS 74

► **Março de 2014** Defende a reestruturação da dívida, é "antiausteridade" e "pró-crescimento" e reuniu consenso entre Bagão Félix, João Cravinho, Manuela Ferreira Leite e Francisco Louçã.

"CONTRA A CRISE"

► **Janeiro de 2014** Pretendia-se contrariar a tendência de saída de quadros qualificados do País. Entre os subscritores estavam Pedro Abrunhosa e Viriato Soromenho-Marques.

MANIFESTO 3D

► **Dezembro de 2013** Sessenta e cinco personalidades da esquerda portuguesa pediram convergência nas eleições europeias. Entre os subscritores estavam Daniel Oliveira e José Reis.

"ENTENDAM-SE!"

► **Julho de 2013** O documento pedia que PSD, PS e CDS chegassem a acordo no âmbito do Compromisso de Salvação Nacional, pedido por Cavaco.

"RECONSTRUÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO"

► **Março de 2013** Defendia o fim do poder político centrado nos partidos. Tinha como subscritores, entre outros, Velga Simão e Manuel Maria Carrilho.

Os temas para uma reforma

O manifesto Por uma Democracia de Qualidade (dito manifesto dos 30), defende duas grandes alterações como "reformas prioritárias do sistema político em Portugal": a "do sistema eleitoral para a Assembleia da República" e a "do sistema de financiamento dos partidos políticos". O DN foi ver o que dizem os partidos. J.P.H.

Número de deputados

O texto diz que o número de deputados "só deverá ser fixado no quadro de uma reforma qualitativa do sistema eleitoral", para "a justa e impecável representação proporcional" de cidadãos, território e correntes políticas.



PSD

A Constituição já o permite desde 1997

► Foi por "culpa" do PSD, na revisão constitucional de 1997, que o número mínimo de deputados diminuiu para 180. O PS aceitou. A admissão constitucional contudo nunca foi traduzida em lei. Na mesma revisão foram admitidos círculos uninominais.



PS

Seguro isolado a pedir menos deputados

► António José Seguro tem insistido na ideia de diminuir o número de deputados (de 230 para 180) mas não reúne grandes apoios na bancada. Em 1997 o PS tornou possível a diminuição de deputados mas isso foi alvo de forte contestação interna.



CDS

Salvar a representação a todo o custo

► Genericamente, o CDS tem-se caracterizado por não ter ideias sobre reforma da lei eleitoral da Assembleia da República. Como todos os pequenos partidos, tem dito que alterações profundas do sistema podem atingir o partido, diminuindo-lhe a representação.



PCP

Contra tudo o que diminua o partido

► Pesquisando o arquivo parlamentar verifica-se que a última proposta geral dos comunistas para uma reforma da lei eleitoral da Assembleia da República é de 1982. Dito de outra forma: o PCP é contra tudo o que lhe pode encolher a representação.



BE

Em defesa da paridade de género

► Como todos os pequenos partidos, o Bloco desconfia de todas as propostas que, pela diminuição dos eleitos e pelo redesenho dos círculos, lhe diminua a representatividade eleitoral. As propostas do BE têm visado apenas a paridade de género nos eleitos.

Círculos eleitorais

Introduzir "círculos uninominais" para reforçar "claramente a proximidade pessoal de eleitos/eleitores". Num "sistema misto" ou articulando os círculos uninominais e plurinominais restritos ou ainda um de compensação.

A batalha dos círculos uninominais

► O último projeto de revisão da lei eleitoral que o PSD apresentou é de 2007 (não foi aprovado) e propunha 181 deputados. Não menos de 70 eleitos num círculo único nacional e os restantes distribuídos por círculos uninominais e pelas regiões e emigração.

Uninominais mais círculo nacional

► A proposta do secretário-geral fala em círculos de um só deputado e num círculo nacional de compensação, desenhado para manter a proporcionalidade no sistema. Desconhecem-se detalhes — a proposta por ora só existe em versão verbal.

Partido de Portas trava tentações do PSD

► O acordo político no qual se sustenta a atual coligação PSD/CDS impede o PSD de avançar com propostas que mereçam veto dos centristas. O CDS é contra tudo o que ache que pode por via administrativa diminuir-lhe o peso eleitoral na AR.

Oposição radical a círculos uninominais

► O PCP é contra e com um argumento simples: se o objetivo é aproximar os eleitores dos eleitores, com quem se identificariam os eleitores que não tivessem votado no deputado eleito? Nunca esta proposta terá o voto dos comunistas.

Radicalmente contra os círculos uninominais

► Os bloquistas opõem-se ferozmente à criação de círculos de um só deputado. Nos Açores apoiam um sistema que somou aos círculos de ilha um círculo de arquipélago onde são depositados todos os votos que não elegem deputados pelas ilhas.

Voto preferencial

Os promotores do manifesto têm uma "inclinação maioritária" pela introdução de círculos, mas apontam "outras modalidades possíveis", como o "voto preferencial nas listas plurinominais" ou até "voto único transferível".

Uma ideia que Passos já defendeu

► Pedro Passos Coelho foi o primeiro líder do PSD a defender o voto preferencial. Fê-lo em 2012, enquanto recandidato à liderança. Depois, nunca traduziu a ideia numa proposta concreta — porque o CDS veta. Esta é também uma bandeira de Paulo Rangel.

Retomar uma proposta há anos na gaveta

► Em 2008, a pedido de Alberto Martins, o político André Freire entregou ao PS uma proposta com o voto preferencial (o eleitor escolhe de dentro de uma lista os seus deputados preferidos). A proposta ficou na gaveta. Seguro retoma-a agora.

Uma ideia da oposição interna a Portas

► Propostas para reforma do sistema político já não são há muito o forte do CDS-PP. No partido de Portas quem defende o voto preferencial é a minoria interna, liderada por Filipe Anacoreta Correia. A direção do partido nunca a acolheu.

Coletivismo 'versus' individualismo

► O voto preferencial coloca candidatos do mesmo partido a fazerem campanha individualmente, uns contra os outros, para obterem a aceitação do eleitoral. Nada portanto mais contrário à noção de coletivo que marca a identidade comunista.

Total ausência de discurso

► Não se conhece um argumento do BE sobre o voto preferencial. Mas sabe-se que nos partidos de natureza mais coletivista é uma ideia que não passa. Louçã já rejeitou a proposta argumentando que houve sítios onde resultou mau (no Brasil, por exemplo).

Financiamento dos partidos

Contas dos partidos "devem passar a ser auditadas por fortes entidades independentes e muito credíveis". O Tribunal de Contas deve controlar essas contas. E deve garantir-se a não discriminação de independentes.

Chegada da 'troika' diminuiu subvenções

► As subvenções estatais aos partidos têm vindo a ser diminuídas desde que a troika chegou, em maio de 2011. Mas antes disso tinha sido aprovado uma lei que diminuía o financiamento privado e aumentava o financiamento estatal.

Cada vez menos dinheiro privado

► O PS esteve na linha da frente de uma reformulação de um sistema que diminuiu fortemente o peso do financiamento privado dos partidos, aumentando o estatal. O PS tem aprovado a diminuição das subvenções — crise económica oblige.

O trauma de "Jacinto Leite Capelo Rego"

► Os centristas têm votado a favor de todas as diminuições do financiamento público dos partidos. O partido vive ainda o trauma de ter sido encontrado um donativo privado na sua contabilidade em nome de um tal de "Jacinto Leite Capelo Rego".

O problema da Festa do Avante!

► O PCP defende a preponderância do financiamento estatal mas não aceita uma visão em que isso é levado ao ponto de tornar impossíveis as receitas de um grande evento como a "Festa do Avante!". Acha-se diretamente visado na lei atual.

Em defesa das campanhas poupadas

► O BE tem desde sempre pugnado pela austeridade nas campanhas eleitorais. É contra a ideia, dominante na lei atual, de que o financiamento deve ser quase que exclusivamente estatal (por achar que isso aumenta o financiamento privado clandestino).